



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 0601382-04  
(PJE) – CLASSE 11527 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
(CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA  
ELEITORAL)**

**AUTORES : COLIGAÇÃO PELO BEM DO BRASIL E JAIR  
MESSIAS BOLSONARO**

**INVESTIGADOS : LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E GERALDO  
ALCKIMIN**

**APRESENTAÇÃO DO VOTO**  
**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**(SESSÃO DE 19/10/2023)**

Senhor Presidente,

Discute-se nesta ação o uso indevido de meios de comunicação, que tradicionalmente se caracteriza pela exposição midiática desproporcional de candidata ou candidato.

O desequilíbrio da exposição é um parâmetro que foi construído considerando-se a mídia tradicional – rádio, televisão e imprensa escrita. Esses veículos sujeitam-se à disciplina constitucional da “Comunicação Social”, que concilia a liberdade e a responsabilidade jornalística, em um cenário na qual se pressupõe haver significativa concentração das fontes de informação (arts. 220 a 224, CR/88).

Essa modalidade abusiva, portanto, nasce no paradigma da comunicação de massa (um-para-muitos), em que poucos veículos concentram o poder midiático e, com ele, particular capacidade de influência sobre a sociedade. Se o espaço e a credibilidade de um veículo de comunicação passam a servir para impulsionar uma candidatura ou uma plataforma político-eleitoral, há ensejo para apurar o abuso do poder.

Hoje, a internet também constitui meio de comunicação para fins de apuração de abuso de poder conforme a legislação eleitoral. Os veículos tradicionais de imprensa se adaptaram aos novos tempos e criaram páginas e canais para difundir conteúdos pela internet.

Portanto, as vedações eleitorais impostas a esses veículos com o objetivo de assegurar a isonomia entre candidaturas se aplicam a ambas as formas de comunicação de que fazem uso: em massa (um-para-muitos) e em rede (muitos-para-muitos).

Não há proibição à imprensa para acompanhar a movimentação de candidatas e candidatos no dia da votação e entrevistá-los. É dever das emissoras de rádio e televisão, porém, conceder tratamento isonômico às candidaturas em sua programação normal e em seu noticiário (45, IV, da Lei nº 9.504/97).

Isso não significa garantia de “espaço idêntico a todos os candidatos na mídia, mas, sim, tratamento proporcional à participação de cada um no cenário político” (Rep 0601024-78, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, Publicado em Sessão em 11/09/2018).

Por sua vez, as candidatas e os candidatos devem tomar cautelas, especialmente nas transmissões ao vivo, para respeitar o chamado “período de reflexão” ou “período de silêncio”, que visa resguardar a liberdade do voto.

Como se sabe, no dia do pleito, não é permitida nenhuma forma de propaganda eleitoral. Abordagens mais invasivas a eleitoras e eleitores podem até mesmo configurar crime (art. 39, § 5º, II, III e IV, Lei nº 9.504/1997).

Os crimes eleitorais, as demais condutas que violam o período de reflexão e o tratamento privilegiado por emissoras não equivalem, automaticamente, ao uso indevido dos meios de comunicação. Para esse ilícito, é necessário demonstrar a gravidade própria ao abuso, que possui um aspecto qualitativo (alto grau de

reprovabilidade da conduta) e outro quantitativo (significativa repercussão em um determinado pleito).

Para saber se uma candidatura foi favorecida indevidamente pela mídia, é necessário realizar comparações com outras candidaturas. Não se trata, no caso, de transformar o candidato investigante em investigado. Apenas é lógico que, para saber se uma candidatura recebeu projeção desproporcional, seja examinado como a imprensa tratou as demais.

Pois bem, passando à prova dos autos, em resumo, os fatos constitutivos básicos foram provados. Ou seja:

a) o primeiro investigado fez um pronunciamento em coletiva de imprensa por volta das 9h00. Falou da alegria de votar, mas da “possibilidade de voltar a ser Presidente da República” e da confiança em ser a melhor opção. O número de urna chegou a ser mencionado na frase: “eu ‘tô votando outra vez no 13, e esse 13 sou eu mesmo”. Não houve pedido explícito de voto ou convocação de mobilização a que eleitoras e eleitores comparecessem à urna;

b) após a divulgação dos resultados, e sendo anunciado o segundo turno, o primeiro investigado proferiu um discurso no hotel em que se encontrava acompanhando a apuração. Agradeceu pelo apoio recebido, externou confiança na vitória, e mobilizou a militância presente no local para atuar firmemente na campanha do segundo turno. Parte do discurso foi transmitido ao vivo durante o programa “Fantástico”, da Globo. Ao final do vídeo, o jornalista informou que, assim que houvesse pronunciamento público de Jair Messias Bolsonaro, seria feita a transmissão no mesmo programa, pelo mesmo tempo;

c) Na sequência, o candidato e figuras proeminentes de sua campanha se dirigiram à Avenida Paulista – São Paulo/SP, onde seus apoiadores haviam acompanhado a apuração. A transmissão ao vivo comprovada nos autos tem sete minutos e foi feita durante o programa “Central das Eleições”, da GloboNews. Foram exibidos os discursos de Fernando Haddad, de Dilma Rousseff e do segundo investigado.

Além desses fatos, os autores juntaram matérias jornalísticas do grupo Band, em que foram usadas imagens e trechos de falas do primeiro investigado para narrar o contraste entre o otimismo do primeiro investigado, pela manhã, e a apreensão e tentativa de “renovar ânimos”, ao final do dia, quando confirmado que haveria segundo turno.

Ocorre que os investigados também demonstraram que o candidato investigante concedeu duas entrevistas televisionadas na manhã de 02/10/2022, dotadas de nítido teor eleitoral. À exceção da menção ao número de urna, e respeitado o estilo de cada candidato, as abordagens foram bem próximas.

Jair Messias Bolsonaro buscou promover a ideia de que sua vitória em primeiro turno estava garantida, com “60% dos votos”. Recorreu a motes de campanha, como a “luta do bem contra o mal”. E reiterou que, para que os resultados sejam respeitados, as eleições devem ser “limpas”.

Essas entrevistas foram transmitidas ao vivo pelo perfil de Facebook do candidato, durante o horário em que a votação estava em curso. As postagens somam 2,6 milhões de visualizações.

Após a definição do segundo turno, Jair Messias Bolsonaro proferiu discurso e concedeu entrevista, em frente ao Palácio da Alvorada, local conhecido como “cercadinho”, totalizando quase uma hora.

Apoiadores acompanharam a fala, que aborda a campanha para o segundo turno, atribui “mentiras” aos institutos de pesquisa, destaca atos positivos de seu governo, faz fortes críticas ao adversário e difunde temor de perda de liberdade, de avanço da fome e de risco à democracia associados a um suposto avanço “da esquerda”.

Ao menos sete emissoras transmitiram a manifestação ao vivo, totalizando uma hora e vinte minutos de cobertura. Também foi feita transmissão ao vivo pelo Facebook do candidato investigante, em postagem que conta com mais de quatro milhões de visualizações.

Diante da prova, vê-se que, em suas aparições pontuais perante a imprensa ao início da votação e após seu encerramento, os principais adversários buscaram se apresentar ao eleitorado como a melhor opção e, também, estimular o engajamento para o segundo turno.

Para tanto, valeram-se de estilos pessoais e motes próprios a cada campanha.

A presença dos veículos de comunicação foi uma constante para ambas as candidaturas. A cobertura não se focou exclusivamente em atos dos investigados e não lhes conferiu favorecimento.

No voto escrito que irei juntar, fiz uma minuciosa análise desse aspecto. Aqui, menciono apenas que o pronunciamento feito por Jair Messias Bolsonaro após a divulgação dos resultados foi efetivamente transmitido no programa “Fantástico”, da Rede Globo, tal como havia sido garantido pelo apresentador. O candidato investigante teve até tempo maior que seu adversário, chegando a quase dez minutos de transmissão no horário nobre.

Sendo bastante similares a exposição midiática das candidaturas, destaco os pontos que foram distintos:

a) o candidato investigante fez uso mais intenso das redes sociais para reproduzir seus atos do dia 02/10/2022. As entrevistas realizadas ainda durante o horário de votação e o pronunciamento após a divulgação do resultado somam quase 7 milhões de visualizações.

b) por outro lado, os investigados compareceram, ainda na noite do dia 02/10/2022, a ato público que adquiriu proporções de comício, no local em que seus apoiadores haviam acompanhado a apuração.

Diante de todos os fatos, não há indícios mínimos de que tenha havido, por parte de emissoras de televisão, tratamento privilegiado aos investigados no dia do pleito.

A cobertura ao longo do dia, em todos os horários, mostrou-se compatível com o relevo nacional das eleições presidenciais, sem qualquer demonstração de favorecimento ou simpatia por uma candidatura. Não foi feita propaganda, mas, sim, divulgação de notícias, opiniões e análises sobre fatos de interesse público evidente.

Se a audiência das emissoras alcançou níveis recorde, tudo o que se pode inferir é que cresceu o interesse da sociedade por temas políticos. Impossível presumir que esse fator tenha se revertido em benefício ilícito direcionado à candidatura dos investigados.

Comprovou-se nos autos, de outro lado, duas condutas irregulares dos investigados:

a) a veiculação de mensagem de viés eleitoral pelo primeiro investigado, no pronunciamento realizado durante o horário de votação. Houve desrespeito ao período de reflexão do eleitorado.

b) o comício realizado na cidade de São Paulo/SP, feito no dia em que a atividade estava proibida. Essa conduta, porém, é incapaz de violar a liberdade do exercício do voto ou de conceder vantagem competitiva relevante aos investigados, pois ocorreu após a divulgação de resultados do primeiro turno e muito distante do segundo turno.

Essas irregularidades, relativas à propaganda eleitoral, não possuem elementos necessários para serem tratadas como indícios da prática de crimes previstos no art. 39, § 5º da Lei nº 9.504/1997. Também não ostentam gravidade suficiente para alcançar dimensão abusiva, pois:

a) a reprovabilidade do ato é mínima, já que:

a.1) a entrevista coletiva durante o horário da votação foi ato pontual e que foi praticado de forma similar pelo candidato investigante, sendo incapaz de ferir a liberdade do voto e a isonomia; e

a.2) o comício, ato de maior envergadura, não impactou sobre o exercício do voto no primeiro turno, sendo apenas equivalente à antecipação do início da propaganda do segundo turno e

b) o fato não teve repercussão relevante no contexto da eleição, pois:

b.1) a conduta do primeiro investigado não lhe assegurou maior tempo de exposição midiática que outros candidaturas;

b.2) o teor similar das entrevistas concedidas pelos candidatos investigante e investigado demonstra que

adotaram a mesma tática para contornar, de modo irregular, a proibição de veicular propaganda eleitoral no dia do pleito;

b.3) a comprovada repercussão da entrevista do candidato investigante em suas redes sociais, em contraste com a ausência de prova de efeito equivalente por parte do candidato investigado, fulmina a tese de que os fatos apurados teriam levado à exposição desproporcional da candidatura dos investigados, em detrimento de outras, durante o horário de votação; e

b.4) não houve nova entrevista coletiva no segundo turno da eleição, sendo observada de forma atenta a recomendação proferida nestes autos.

Assim, levando-se em consideração a magnitude do pleito presidencial e a característica episódica das irregularidades demonstradas, inexpressivas no contexto da disputa, concluo pela não configuração do uso indevido dos meios de comunicação.

Ante todo o exposto, julgo improcedentes os pedidos.

**É COMO VOTO.**